



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Mundo do trabalho.**

**A NOVA FACE DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XXI:  
TRABALHO PRECÁRIO E INTOLERÂNCIA**

**Áurea Cristina Santos Dias<sup>1</sup>**

**Resumo:**

O trabalho se propõe a discutir os processos de imigração no Brasil intensificados a partir da década de 2000. Trata-se de uma aproximação aos estudos dos recentes fluxos migratórios no Brasil, entendendo-os inseridos no contexto global de internacionalização do capital.

**Palavras-chave:** Imigração. Trabalho. Internacionalização do capital.

**THE NEW FACE OF IMMIGRATION IN BRAZIL IN THE XXI CENTURY:  
PRECARIOUS WORK AND INTOLERANCE**

**Abstract**

This paper aims to discuss the immigration process in Brazil intensified from the 2000s. This is an approach to the study of recent immigration flows in Brazil, understanding them inserted in the global context of the internationalization of capital.

**Keywords:** Immigration. Work. Internationalization of capital.

**1. Introdução**

O fluxo de pessoas chamado de imigração congrega um conjunto de determinações estruturais do capitalismo, determinações sócio-históricas em nível internacional, assim como carrega elementos da formação da sociedade brasileira com seus traços escravocratas não totalmente superados.

Considerando os aspectos estruturais do capitalismo, partimos do conhecimento de que essa ordem societária desigual, não fornece condições de absorção plena da força de trabalho nem mesmo em tempos de expansão do capital, os chamados “anos gloriosos”, mantendo sempre um grupo determinado de trabalhadores sem acessar o trabalho remunerado, quando a condição de sobrevivência tem sido exclusivamente essa, a condição de trabalhador subordinado ao capital.

O trabalho imigrante apresenta variáveis, tendo diferentes formas e particularidades em cada país e em cada contexto histórico, assim como apresenta determinantes de classe, gênero, raça/etnia. Um olhar mais atento aos meios de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFF. E-mail: <[aureadias@id.uff.br](mailto:aureadias@id.uff.br)>.

comunicação (nacionais e internacionais) recentes e constataremos uma intensificação de fluxos migratórios em determinadas regiões, como nos países banhados pelo Mar Mediterrâneo, tais como Itália, França, Turquia, Grécia. Sabemos que a imigração internacional não ocorre exclusivamente pela questão do trabalho, mas este nos pareceu um elemento importante, especialmente com a internacionalização do capital em seu novo fôlego<sup>2</sup> a partir dos anos de 1970.

Esse movimento vem ganhando visibilidade nos aparelhos privados de hegemonia como na mídia televisiva e escrita a partir do aumento do fluxo de pessoas em condições sub-humanas que buscam proteção diante dos cenários de guerra e busca por oportunidades de emprego e de vida com melhores condições. Os últimos acontecimentos chamados de “crise da imigração na Europa” expressam elementos muito mais profundos do que a mobilidade de pessoas sem condições de vida, trata-se de um processo complexo inserido na tendência global de precarização estrutural do trabalho, nesta conjuntura:

[...] os capitais rompem cada vez todas as barreiras, exigindo dos governos a (neo)liberalização de seus fluxos, de seus movimentos, de “sua liberdade”. Entretanto, ao mesmo tempo em que realiza o seu sonho volátil e destrutivo, restringe, limita, trava e mesmo impede os movimentos livres da força de trabalho. (ANTUNES, 2015, p. 5).

Nesse contexto, os empregos antes ocupados pelos trabalhadores imigrantes são reduzidos, mas contraditoriamente, ao mesmo tempo em que são tratados como dispensáveis e imprestáveis são funcionais como força de trabalho sobrando e excedente e em tempos de crise do capital este “estoque” é usado para o rebaixamento do preço da força de trabalho e das condições de trabalho (ANTUNES, 2015).

No século XXI a imigração no Brasil ganha novas dimensões e características que afetam as legislações e a própria representação ideológica a seu respeito visto que os imigrantes de agora são oriundos de países periféricos, latino-americanos, africanos, além dos refugiados políticos de diferentes países, como mostra a tabela abaixo. O Brasil principalmente na sua fase econômica e política favorável recente, com impulsos de desenvolvimento (que não se confirmaram), ainda que subordinados, apareceu como

---

<sup>2</sup> Como veremos autores como Harvey (2009) situam os anos de 1970 como o momento de restauração do projeto de classe que trouxe profundas transformações no desenvolvimento capitalista; já Fontes (2014) considera que este foi o período de consolidação de uma nova etapa capitalista-imperialista que se iniciou no pós Segunda Guerra.

destino interessante para a busca de trabalho. Para Villen (2014) o fluxo migratório no Brasil se insere no circuito mundial de imigração e se acelera principalmente a partir da crise de 2007 nos países centrais.

**Tabela 1. Número de autorizações de trabalho concedidas, segundo países, Brasil primeiro trimestre (jan-mar) 2014<sup>3</sup>.**

Países	1º trimestre de 2014
República do Haiti	762
Bangladesh	295
Senegal	218
Gana	96
França	34
Paquistão	33
Guiné Bissau	33
República Dominicana	31
Portugal	27
Itália	22
Outros	222
Total	1773

**Fonte:** Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego.

A autora identifica uma tendência à polarização da demanda atual de trabalho imigrante no Brasil coexistindo formas complementares de profissionais técnico especializados para setores de ponta e trabalhadores oriundos de países periféricos que exercem atividades com baixa remuneração, informais e em muitos casos em situação indocumentada, aponta ainda um forte recorte de gênero especialmente nos trabalhos precários.

No Brasil desde os anos de 1990 os impactos das transformações societárias no mundo tomam maior corpo, impulsionados pela intensa financeirização das transações comerciais, pela reestruturação na produção e pela reconfiguração dos Estados. Uma das conseqüências desses processos foi o aprofundamento das desigualdades entre os países de capitalismo central e os periféricos, assim como das desigualdades internas em cada país. Segundo Fontes (2014), o capitalismo contemporâneo inova e recria as contradições fundamentais deste modelo societário, deste modo as disparidades e desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais se aprofundam, sejam internamente em cada país como entre os países centrais e periféricos.

<sup>3</sup> Estão incluídas as autorizações permanentes e temporárias, neste período o número de solicitações não autorizadas foi de 196.

Para a classe trabalhadora tais mudanças significaram fragilização e perda de direitos e a disseminação de formas precarizadas de trabalhos tais como “[...] queda dos salários reais e de redução dos direitos trabalhistas e sociais através da reforma trabalhista para flexibilização dos direitos constitucionais e reforma da CLT” (FILGUEIRAS, 2006 p. 199). Os desafios estão postos a classe trabalhadora e atravessam fronteiras nacionais, no entanto para o trabalhador imigrante a determinação de classe é atravessada por elementos culturais e étnico-raciais que em muitos casos se desdobram em manifestações irracionais expressas na xenofobia, racismo e outras formas de violência<sup>4</sup>.

No caso brasileiro a herança escravocrata de nossa formação sócio-histórica incide em particularidades na constituição da classe operária no Brasil e se perpetua em desigualdades políticas, salariais e ocupacionais com forte marca da questão racial vinculada a população negra. A disponibilidade dessa força de trabalho pode contribuir para os mecanismos de superexploração<sup>5</sup> podendo ser utilizada como instrumento de redução da pressão dos trabalhadores por direitos e melhores condições de trabalho (FONTES, 2010).

Seyfert (2002) ao analisar o processo de imigração no Brasil ressalta uma dimensão racial questionando a imagem do Brasil como um país hospitaleiro e acolhedor. Para a autora o estudo da legislação e políticas migratórias revelam uma história de privilegiamento dos imigrantes europeus brancos e de criminalização dos grupos considerados indesejáveis<sup>6</sup>.

Nas primeiras décadas do século XXI com a mundialização do capital e a adoção de programas neoliberais por diversos países, ao mesmo tempo em que o capital “[...] realiza o seu sonho volátil e destrutivo, restringe, limita, trava e mesmo impede os

---

<sup>4</sup> Conforme denúncia do jornal O Globo em 25/06/2015 em que imigrantes haitianos são submetidos a condições humilhantes tanto no recrutamento (quando são selecionados pela espessura da canela e condições dos dentes) quanto na inserção no trabalho (ocupando atividades precarizadas no agronegócio). Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/largura-de-canela-e-requisito-para-haitiano-conseguir-emprego-no-brasil.html>>.

<sup>5</sup> Conceito usado por Marini (apud Fontes 2010) na década de 1960 para explicar a exploração nos países de capitalismo dependente tendo fundamental importância nessa elaboração a tensão campo/cidade. Fontes (2010) recupera este debate, acrescentando novos elementos para explicar o quadro de exploração e expropriação do trabalho na contemporaneidade. Entendemos que o aprofundamento deste debate é fundamental nos estudos do doutorado.

<sup>6</sup> A tese de doutorado do jornalista Gustavo Barreto, recentemente defendida na Escola de Comunicação da UFRJ, analisa o tratamento dado pela mídia ao tema imigração no período de 1808 a 2015, identificando forte tendência eugenista, racista, xenófoba. Disponível em: <<http://www.nucleopiratiniga.org.br>> e <<http://www.midiacidade.org>>. Acesso em: 19 set. 2015.

movimentos livres da força de trabalho” (Antunes, 2015, p. 05). Marques (2007) analisando os direitos humanos neste contexto de mundialização aponta para a restrição cada vez maior dos direitos, mesmo estes sendo conquistados nos marcos da sociedade burguesa.

Com a crise de 2008, os empregos que eram ocupados por imigrantes são restringidos, o capital expande sua atuação nas terras destinadas às atividades agrícolas, expulsando e impedindo a sobrevivência de famílias na área rural, soma-se ainda a produção de guerras, a violência e conflitos em determinados territórios, a destruição ambiental, fatores que geram deslocamentos forçados e os processos de “expropriação da própria forma de viver” vivenciados pelos refugiados. Toda essa dinâmica afeta os fluxos migratórios “[...] regiões de destino de migração deixaram de ser atrativas e, em alguns casos, passaram a ser locais de expulsão de mão de obra migrante e também de seus nacionais, invertendo tendências presentes no cenário mundial, prevalentes há mais de 30 anos” (FERNANDES, 2015 p. 22). No Brasil, além da migração de retorno ocorre um novo fluxo composto de imigrantes com alta escolaridade oriundos de países centrais, dos países do MERCOSUL e africanos, e ainda o caso particular dos haitianos<sup>7</sup>.

Dados da Agencia da ONU para Refugiados, ACNUR, mostram que em 2014, 59 milhões de pessoas vivenciaram deslocamentos forçados no mundo, no Brasil o número de refugiados ultrapassou 8.400 pessoas em 2015<sup>8</sup>

O Brasil é signatário das convenções sobre acolhimento de refugiados, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) é um órgão do Ministério da Justiça responsável pela análise das solicitações. Fernandes (2015) explica-nos que nos casos que não atendem aos requisitos de refugiados e que são recusados, a legislação permite que se

---

<sup>7</sup>Após o terremoto de 2010 as condições de vida no Haiti, historicamente deterioradas por crises políticas, econômicas e sociais, e por intempéries climáticas, tomaram dimensões catastróficas levando a um intenso fluxo de emigração, dados do Banco Mundial de 2011 estimam que aproximadamente 10 % da população, 1.009.400 pessoas, tenham emigrado para países como EUA, República Dominicana e Brasil. Fernandes (2015) acredita que a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, iniciada em 2004, tenha contribuído para a inserção do Brasil como um dos destinos procurados pelos haitianos.

No caso exclusivo dos haitianos foi usado a partir de março de 2011 um dispositivo legal de concessão de vistos de permanência humanitários e em janeiro de 2012, a Resolução Normativa n. 97 do Conselho Nacional de Imigração, permite a concessão de vistos de permanência por 05 anos para os haitianos no Brasil (FERNANDES, 2015).

<sup>8</sup>Sendo a maioria de sírios, seguidos de angolanos, colombianos, congolenses, além dos aproximadamente 39.000 haitianos (ACNUR, 2015 dados disponíveis em <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas>>.

encaminhe para o Conselho Nacional de Imigração – CNIg<sup>9</sup> - para nova avaliação, mas que o uso deste dispositivo foi um longo processo de luta protagonizado pela Pastoral da Mobilidade Humana da Igreja Católica em função da situação dos haitianos.

## **2. Desenvolvimento**

A estratégia capitalista para o deslocamento de capitais e investimentos tem ocasionado um considerável deslocamento mundial da força de trabalho. Esses acontecimentos relacionados com a história da imigração na constituição do mercado de trabalho brasileiro e de sua classe trabalhadora, não é inteiramente nova, mas vem assumindo novas características no século XXI. Villen (2014) aponta como características da imigração contemporânea a ampliação do contingente e a diversificação dessa população.

Nesse sentido destacam-se os seguintes elementos: 1) o aumento do fluxo de imigrantes de países de capitalismo dependente, em especial latino-americanos<sup>10</sup> asiáticos, africanos e refugiados políticos de diferentes nacionalidades; 2) Tendo em vista a crise de 2008 que atingiu regiões centrais do capitalismo, o crescimento econômico registrado no Brasil nos últimos anos associado à imagem de país hospitaleiro funcionou como um atrativo.

Para maior entendimento das migrações transnacionais é imprescindível que se considere as novas configurações da divisão internacional do trabalho, neste esforço o período de transição dos anos 1960 para os anos 1970 é particularmente importante. O referido período segundo Mandel (1985) foi caracterizado por uma onda recessiva que causou a desaceleração do crescimento econômico e queda das taxas de lucro.

A profunda crise pós anos 1970 que marcou o esgotamento de um longo período de expansão econômica tem como principais elementos econômicos<sup>11</sup> e políticos: o declínio das taxas de lucro e redução do crescimento econômico; a pressão organizada

---

<sup>9</sup> O CNIg colegiado, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) composto por representantes governamentais, de empregadores e de trabalhadores, com incumbência de orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de imigração (SPRANDEL, 2015 p. 49).

<sup>10</sup> Fernandes (2015) chama atenção para os peruanos e bolivianos, estes últimos registraram um crescimento de 90,4% do Censo de 2000 ao de 2010, de 20.388 passaram a 38.826.

<sup>11</sup> Neto; Braz (2007) ao analisar este contexto de crise dos “anos de ouro” apontam para o fim de períodos longos e intensos de prosperidade e de crises mais curtas e superficiais, enterrando a ilusão de um capitalismo sem contradições amparado na combinação taylorismo-fordismo e keynesianismo. São elementos detonadores da crise no final dos anos 60, o rompimento do Tratado de Bretton Woods por parte dos EUA, desvinculando o valor do dólar ao peso do ouro e afetando o ordenamento financeiro mundial; a alta de preço do petróleo (NETO; BRAZ, 2007).

dos trabalhadores por melhorias salariais, mas também apontando para o questionamento do taylorismo-fordismo e do capitalismo; fortalecimento de novos sujeitos políticos com manifestações anticapitalistas e os sinais de crise do socialismo real (NETO; BRAZ, 2007).

Neste contexto foram criadas as condições para que o capital organizasse sua estratégia global de restauração das taxas de lucro e de renovação das condições de exploração, fincada em três pilares: financeirização, a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal.

Nas análises de Harvey esta restauração do capital configurou uma nova etapa do capitalismo mundial, o “novo imperialismo”, tendo como epicentro os EUA que organizaram consensualmente ou por coerção a abertura de mercados internacionais que levaram a uma recomposição de poder mundial entre os países e consolidando uma oligarquia financeira mundial e marcando uma etapa da acumulação capitalista caracterizada pela espoliação.

O neoliberalismo é o braço político de restabelecimento da acumulação capitalista e de restauração do poder de classe burguês, supõe a reconfiguração do Estado de modo que permita o acesso intenso do capital ao fundo público<sup>12</sup> e a desregulamentação de direitos. Para o autor, o neoliberalismo se dissemina de forma desigual, de acordo com as resistências tanto da classe dominante quanto dos trabalhadores. Esta estratégia política associada às transformações econômicas possibilitou um avanço violento sobre o trabalho e um retrocesso nos padrões civilizatórios (HARVEY, 2014).

Segundo Harvey (2009) a longa sobrevivência do capitalismo se deve as múltiplas estratégias organizadas ao longo da história. Ao analisar a crise dos anos de 1970 o autor a caracteriza como uma crise de sobreacumulação e propõe a análise dos ajustes espaço-temporais para a compreensão de sua dinâmica.

A sobreacumulação determina excedentes de capital e de força de trabalho gerando desemprego crescente assim como “mercadorias que não se podem vender sem perdas” e “dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável” (HARVEY, 2009). As estratégias para o enfrentamento desta crise se constituem:

---

<sup>12</sup> Não apenas esporadicamente, mas sistematicamente (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

(a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2009, p. 94).

Estas estratégias, particularmente a última, necessitam da atuação das instituições financeiras ou instituições estatais com capacidade de crédito, que criam um volume significativo de capital fictício que transcendem o consumo atual e se pautam na expectativa de valorização e realização futura. Quando os investimentos apresentam o retorno para o capital os valores se amortizam, caso contrário gera desvalorizações de ativos e crise fiscal do Estado.

O capital se move mundialmente, porém existem desigualdades regionais que devem ser consideradas

[...] se existem excedentes de capital e de força de trabalho dentro de um território [...] que não podem ser absorvidos internamente [...] devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados”<sup>13</sup>( HARVEY, 2009, p. 99).

Existem condições para este fluxo de excedentes, os receptores devem possuir reservas de ouro ou dinheiro ou bens intercambiáveis como meios de pagamento, o que pode tornar alguns territórios muito vulneráveis a desvalorizações.

Este contexto de proliferação do capital financeiro requer uma complexidade de instituições nacionais e supranacionais que atuam na dinâmica do capitalismo tanto na prospecção de investimentos quanto na mediação das transações, daí a importância que organismos internacionais adquirem. Contudo, os ajustes temporais como estratégias para enfrentar as crises e desvalorizações que têm sido frequentes e são processos constitutivos do capital não eliminam crescentes tentativas de espoliação que se combinam as formas “normalizadas” do capital.

Para Harvey (2009) a marca do imperialismo contemporâneo, o “novo imperialismo”, é a crescente acumulação por espoliação que se expressa na servidão por dívidas; protagonismo dos fundos de pensão, nova onda de cercamento de bens comuns (como privatização da água e de universidades); retorno a esfera privada de direitos

---

<sup>13</sup> Existem condições para este fluxo de excedentes, os receptores devem possuir reservas de ouro ou dinheiro ou bens intercambiáveis como meios de pagamento (HARVEY, 2009).



conquistados pela luta de classes, como pensões, aposentadorias, educação. A acumulação por espoliação é face predatória do capitalismo.

Fontes (2014) considera as crises como períodos de expansão do capital que garantem o crescimento capitalista e tal expansão não é possível sem acirramento de conflitos. Em sua análise, a crise estrutural contemporânea expressa outra escala de concentração do capital e conseqüentemente uma etapa da acumulação capitalista com características peculiares, a esta nova etapa a autora se refere como capital-imperialismo.

O capital-imperialismo é a expansão do capitalismo já entranhado do imperialismo tradicional<sup>14</sup> e não surge de um consenso, mas a partir das condições gestadas no pós Segunda Guerra Mundial que colocaram dois obstáculos para o modelo imperialista vigente: a persistência e expansão da URSS e o uso da bomba atômica no Japão e em seguida o domínio desta tecnologia pela URSS.

De acordo com a argumentação da autora de 1945 a 1975 se processou a transformação do imperialismo tradicional em capital-imperialismo, caracterizado por um entrelaçamento desigual de capitais que fez com que a concorrência intercapitalista fosse organizada pelo interesse em enfrentar um inimigo comum, a URSS. Deste modo o EUA atuou envolvendo e articulando países capitalistas unificados na estratégia de prevenção anticomunista, configurando um consorciamento imperialista contra a URSS capitaneado pelos EUA. A autora chama a atenção para um duplo movimento interno e externo de incorporação de países periféricos ao capital-imperialismo. O imperialismo atravessa os países periféricos que aderem ativamente ao capital-imperialismo, mas permanecem subordinados.

Ressalta Fontes (2014), que a propriedade efetiva se concentra sob forma monetária, torna-se abstrata. É no período dos anos 1960 a 1970 que o capital alcança altos patamares de concentração de capital, consolidando o capital-imperialismo. Esta nova escala de concentração de capitais faz com que os megaproprietários sejam detentores não só dos meios de produção, mas, sobretudo dos recursos sociais de produção. Esta monetarização da propriedade impulsiona a produção de trabalhadores,

---

<sup>14</sup> Na obra clássica de Lênin, O Imperialismo: fase superior do capitalismo, o autor analisa em 1916 a internacionalização do capitalismo apontando como principais características a fusão íntima entre o capital industrial e o capital bancário formando o capital monopolista gerando uma escala de concentração que; possibilita as instituições financeiras o esquadramento do mundo prospectando as possibilidades de investimento e; uma divisão do mundo entre grandes potências/empresas.

os únicos capazes de criarem valor. À medida que aumenta os números de trabalhadores, são recriadas formas de torná-los mais dependentes do mercado e mais dóceis, impondo a sujeição ao capital.

Deste modo, a *expropriação* se acelerou nos últimos 50 anos, atingindo milhões de camponeses e gerando “novos pobres” e novas formas de expropriação emergiram, constituindo as *expropriações secundárias*, ou seja, redução de direitos trabalhistas com flexibilização e precarização; ataques a conquistas e bens coletivos com privatizações, expropriação de águas doces e salgadas e de reprodução de sementes. De acordo com Fontes (2014) os processos de expropriação são constitutivos do capital desde sua origem e das bases sociais que o sustentam permanentemente e se renovam.

A partir dos anos de 1960, ocorrem transformações do escopo democrático e dos Estados se tornando ainda mais importante limitar os canais políticos a fim de impedir que os conflitos pudessem assumir uma dimensão anticapitalista, desse modo, democracia é reduzida ao momento eleitoral, Estados organizam formas de contenção social, ideológica, política e repressiva sobre as massas; produção de formas disciplinares a força de trabalho e um aspecto bastante ressaltado pela autora, o encapsulamento estatal das lutas sociais.

Neste processo as ONGs e outras entidades especializadas em políticas sociais focalizadas atuam como verdadeiros aparelhos ideológicos de hegemonia, atingindo a capacidade autônoma de organização dos trabalhadores. Acrescenta-se a estas características a disseminação de exigências de expansão econômica e de controle político para os países subalternos.

Como vimos nas análises de Harvey e Fontes a expansão das relações capitalistas atravessa por dentro todas as formações sociais e admite a incorporação dos países periféricos nas transações internacionais ainda que os mantendo subordinados a dinâmica internacional, vide o exemplo dos BRICS<sup>15</sup>. Neste contexto o Brasil reforça internacionalmente seu lugar de exportador de matéria prima conseguindo um impulso de crescimento econômico no último período que gerou um aumento de postos de

---

<sup>15</sup> Para Fontes (2014), os países chamados BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) não representam apenas os países emergentes, mas expressam as novas contradições do capitalismo e, portanto são um importante campo de estudo. Para a autora a constituição do grupo põe em xeque as convicções mais conhecidas de desenvolvimento do capitalismo mundial.

trabalho ainda que através de aumento do trabalho precário e com baixa remuneração (Fontes, 2014), impulso que não se sustentou nos dias atuais.

A adesão do Brasil ao projeto neoliberal implicou a reconfiguração do bloco de poder dominante, num movimento que fortaleceu os grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros. Filgueiras (2006) explica que a passagem do neoliberalismo de doutrina para um programa político-econômico específico no Brasil foi fruto de um processo que se desenvolveu por toda a década de 80 na busca de propostas de superação do modelo econômico de substituição de importações e numa disputa de poder entre as frações de classe hegemônica. Na perspectiva do autor é a luta de classes que define o projeto neoliberal nas diferentes regiões, daí a importância de identificarmos as particularidades do Brasil.

A implantação das medidas neoliberais nos anos de 1990 foi resultado de uma composição da classe dominante. A década de 1980 foi um período de disputa interna no bloco dominante, durante estes anos a resposta adotada para a crise do modelo econômico foi um projeto neodesenvolvimentista que prescindia de importantes ações do Estado<sup>16</sup>, este mesmo contexto abrigou uma intensa mobilização política da classe trabalhadora<sup>17</sup>. O fracasso dessas medidas e a reavaliação do projeto neodesenvolvimentista abriu terreno para o neoliberalismo.

Os anos de 1990 foram um marco na adoção de medidas neoliberais que reforçaram a subordinação da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais e que reconfiguraram a burguesia nacional emergindo como fração dominante o capital financeiro nas suas formas institucionais, o que controla não só os meios como os recursos sociais de produção detendo o “[...] domínio, controle e propriedade de instituições financeiras” (FILGUEIRAS, 2006 p.184).

O projeto neoliberal não dispensa o Estado, reestruturá-o de modo que acomode os interesses das frações do capital e a relação delas com a classe trabalhadora, mas o discurso doutrinário é fundamental para o domínio ideológico, assim o ataque ao Estado de Bem Estar Social, ou “qualquer coisa parecida”, ao funcionalismo público e a defesa

---

<sup>16</sup>Como reforma do sistema financeiro para garantia do financiamento do desenvolvimento; garantia dos insumos básicos: energia, mineração, etc. (FILGUEIRAS, 2006).

<sup>17</sup>O que na análise de Filgueiras (2006) representou uma ameaça ao poder das classes dominantes a ponto de provocar a união das elites em torno da eleição de Collor.

de privatização foram importantes para a adesão das camadas médias ao projeto neoliberal.

Com medidas como a abertura e desregulamentação dos mercados financeiros, privatizações, aprofundamento da financeirização da economia apoiada na dívida pública e com mudanças na estrutura do Estado, o Brasil se insere na nova divisão internacional do trabalho “[...] como exportador agrícola e de produtos industriais em sua maioria de baixo conteúdo tecnológico” (FILGUEIRAS, 2006, p. 194).

A desregulamentação promovida pelo Estado possibilitou tais mudanças, foram fundamentais a quebra dos monopólios estatais em diversas áreas, o aumento da carga tributária para garantir superávits, reforma da previdência (além da redução de benefícios e direitos ampliou atuação dos fundos de pensão privados) e a flexibilização das relações trabalhistas no setor público e no privado.

A reestruturação produtiva associada à flexibilização impactou no mercado de trabalho e na organização política dos trabalhadores generalizando contratações instáveis, desrespeito à legislação trabalhista, prolongamento de jornadas de trabalho, redução de salários e demais benefícios, enfraquecimento dos sindicatos.

Para Braga (2012) no capitalismo a insegurança acompanha a trajetória do trabalhador assalariado visto que ele necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, nos países capitalistas periféricos como o Brasil, existe um contingente enorme de trabalhadores, permanentemente pressionados entre o aumento da exploração econômica e a ameaça de exclusão social.

As particularidades do capitalismo periférico do Brasil favorecem a composição de formas arcaicas e modernas no trabalho que não necessariamente se opuseram, mas de certa forma se combinaram ao longo da história (ANTUNES, 1999). As políticas neoliberais e a reestruturação produtiva promoveram uma maior heterogeneidade da classe trabalhadora no Brasil com uma redução do peso dos assalariados da indústria, crescimento da informalidade, empobrecimento da classe média assalariada.

Especialmente nos Governos Lula e no 1º Governo Dilma, o país assistiu um crescimento da economia numa média de 4,06%<sup>18</sup>, no entanto Pochmann (2012) além de sinalizar o aumento da desigualdade e concentração de renda, revela que do total de

---

<sup>18</sup> Gonçalves (2011).

21 milhões de postos de trabalho criados de 2003 a 2010, 94,8% foram com renda até 1,5 salário mínimo mensal e que no mesmo período houve uma queda de 4,3 milhões de ocupações na faixa salarial de cinco salários mínimos mensais.

Filgueiras(2006) explica que o modelo neoliberal periférico do Brasil reforça a vulnerabilidade e fragilidade ao contexto internacional, pois atualiza e radicaliza a dependência tecnológica e financeira. As exportações (em especial de commodities e produtos associados à segunda revolução tecnológica) têm um peso fundamental fazendo com que o crescimento econômico do país dependa, cada vez mais, do mercado internacional. Desta forma as instabilidades externas afetam abruptamente a economia brasileira como estamos vivenciando atualmente o ajuste fiscal que tem como objetivo garantir os interesses do capital financeiro nacional e internacional, articulados em redes transnacionais à custa de maior exploração da força de trabalho.

### **3. Considerações Finais**

Considerando que o trabalho precário e o desemprego são próprios da dinâmica do capital, como Netto e Braz (2007) ressaltam, fazem parte da estrutura do capital já apontados por Marx como um contingente de trabalhadores à disposição das demandas do capital, sendo utilizados nas estratégias de exploração da força de trabalho empregada.

No atual momento do desenvolvimento da acumulação capitalista, vivenciamos uma disseminação da precarização do trabalho o que aumenta o estoque de trabalhadores à disposição do capital em diversos países o que propicia o deslocamento do capital em busca de mercados de força de trabalho mais lucrativos para a produção e fomenta uma fragmentação e disputa mundial da classe trabalhadora, daí a atualidade do debate sobre as categorias exército industrial de reserva e superpopulação relativa.

Acreditamos que estudos críticos que aprofundem as condições de trabalho dos imigrantes, os aparatos legais e políticos que os protegem e as formas de assistência e resistência que acessam especialmente no tocante as violências e preconceitos sofridos podem revelar traços importantes da configuração mundial do trabalho e de particularidades de nosso território. Sendo assim, o estudo sobre os fluxos migratórios contemporâneos no Brasil, entendendo-o inserido no contexto global de mundialização do capital, com repercussões para o trabalho e conseqüentemente para as políticas

sociais pode contribuir para a identificação e análise do seu lugar nas novas configurações do trabalho, fortalecendo uma perspectiva de luta dos trabalhadores.

#### 4. Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In: Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTELO, R. O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, 2013.

FERNANDES, D. O Brasil e a Migração Internacional no século XXI – notas introdutórias. *In: PRADO, J. P.; COELHO, R. (orgs). Migrações e trabalho*. Brasília (DF): Ministério Público do Trabalho, 2015.

FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In: BASUALDO, E. M; ARCEO, E. Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basual/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

FONTES, V. BRICS e capital-imperialismo: novas contradições em debate. **Revista Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, 19. Fortaleza: UFF; UFC; UEC; ABEC; IPEA; CNPQ; Banco do Nordeste, 2014. Disponível em: <[www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/issue/view/16/showToc](http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/issue/view/16/showToc)>. Acesso em: 1º jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV; FIOCRUZ, 2010. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FRIGOTTO, G. Educação e Formação Humana: ajuste conservador e alternativa democrática. *In: GENTILI, P; SILVA, T. T. (org). Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GONÇALVES, R. Redução da Desigualdade de Renda no Governo Lula: análise comparativa. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LENIN. **O imperialismo etapa superior do capitalismo**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/>>.

- LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOPES, C.M. S. Migrações, Mundo do Trabalho e a Atuação do Ministério Público do Trabalho. PRADO, J. P.; COELHO, R. (orgs). **Migrações e trabalho**. Brasília (DF): Ministério Público do Trabalho, 2015.
- LUSSI, C. Formulação Legal e Políticas Públicas no Trato das Migrações Nacionais e Internacionais. PRADO, J. P.; COELHO, R. (orgs). **Migrações e trabalho**. Brasília (DF): Ministério Público do Trabalho, 2015.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENACSP, 2001. (Série Ponto Futuro, n. 6).
- MOTA, Ana E. Crise Contemporânea do Capital. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências e profissionais**. Brasília (DF), 2009.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. Introdução ao Método da Teoria Social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências e profissionais**. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009.
- \_\_\_\_\_. Cinco Notas a Propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 3, 2001.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.
- PASTORAL DO MIGRANTE; REDE MIGRAÇÃO RIO. **A Presença do Migrante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SPM; SIMN, 2015.
- POCHMANN, M. **Nova classe média?: O trabalho na base social da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SILVA, U. B. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- SOARES, C.de O. A Proteção Internacional dos Refugiados e o Sistema de Concessão de Refúgio. **Revista Âmbito Jurídico**, nov. 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista-juridica](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista-juridica)>. Acesso em: 22 maio 2015.
- SPRANDEL, M.A. Marcos Legais e Políticas Migratórias no Brasil. PRADO, J. P.; COELHO, R. (orgs). **Migrações e trabalho**. Brasília (DF): Ministério Público do Trabalho, 2015.
- TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Dinâmica Migratória dos Senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 30

n. 1, jun./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 15 set. 2015.

VILLEN,P. **Polarização da demanda atual de trabalho no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2014. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 3 jun. 2015.